

avanços da participação política e legislativa

As mulheres não conquistaram seus direitos políticos de uma só vez. A cronologia da participação feminina na política é marcada por uma série de avanços graduais que, aos poucos, deram autonomia e legitimidade à presença delas nos espaços de poder. Cada nova legislação, acontecimento ou assento ocupado em espaços ainda desconhecidos por elas deve ser celebrado. Em todo o percurso histórico, nenhuma mulher chegou ao poder sozinha, pois outras vieram antes para trilhar o caminho.

**15
32**

Primeira eleição do Brasil,
quando os moradores
da primeira vila fundada
na colônia portuguesa -
São Vicente, em São Paulo -
foram às urnas para eleger
o Conselho Municipal.

**18
22**

Maria Leopoldina,
imperatriz do Brasil,
exerce a regência
na ausência de
D. Pedro I, que
estava em São
Paulo. A imperatriz
envia-lhe uma carta
exigindo que D.
Pedro proclamassem
a Independência
do Brasil: “O pomo
está maduro,
colhe-o já, senão
apodrece”.



**19
27**

Surge a primeira eleitora do país, professora Celina Guimarães, ao realizar sua inscrição eleitoral, aos 29 anos. Isso ocorreu após entrar em vigor a Lei Estadual 660/1927, que tornava o Rio Grande do Norte o primeiro estado a estabelecer a não distinção de sexo para o exercício do voto.

19
28



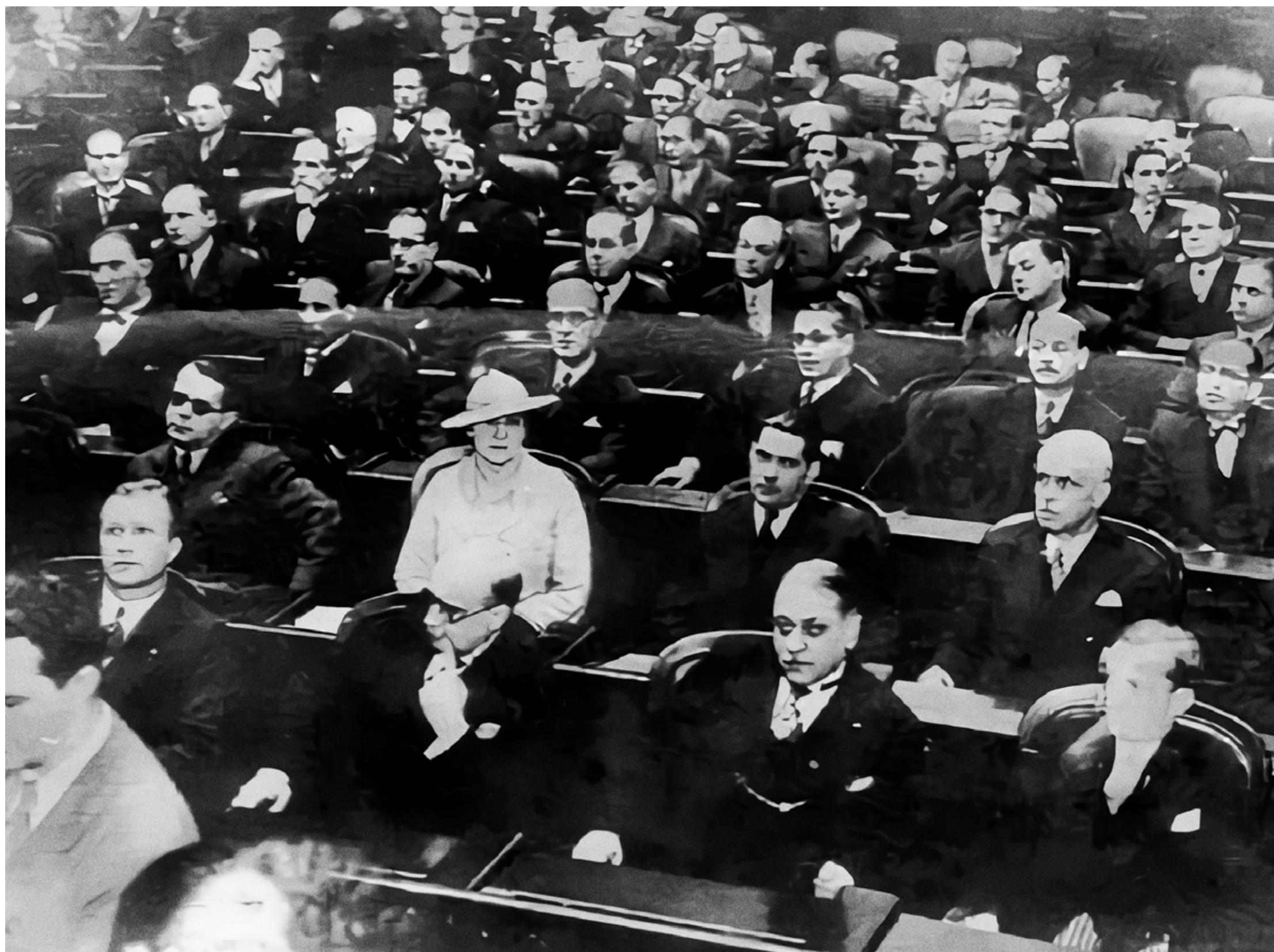
Luíza Alzira
Soriano Teixeira
é eleita a primeira
prefeita do Brasil
e da América
Latina,
no município
de Lages,
Rio Grande
do Norte.

Inclusão
do direito ao
sufrágio feminino
no primeiro Código
Eleitoral brasileiro
(Decreto 21.076).

19
32



19 33



Carlota Pereira de Queiroz é eleita a primeira deputada federal do país. Ela era a única mulher parlamentar entre 254 deputados.

**19
34**



Antonieta de Barros
é eleita a primeira deputada
estadual de Santa Catarina
e primeira mulher negra
a assumir um mandato
eletivo no Brasil.

**19
39**

Auri Moura Costa
é nomeada a primeira
juíza brasileira, que também
viria a ser a primeira
desembargadora do Brasil,
em 1968.



**19
62**

Criação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.212), que permitiu que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar.

**19
65**

Alteração no Código Eleitoral em vigor (Lei 4.737) para permitir o alistamento eleitoral para todas as mulheres.



19
77

Promulgação
da Lei do Divórcio
(Lei 6.515),
tornando o divórcio
uma opção legal
para as mulheres
no Brasil.

**19
79**



Eunice Michiles, de São Paulo, assume como senadora e é a primeira mulher a integrar o Senado Federal por ocasião da morte do titular da vaga, João Bosco de Lima.

**19
81**



Laélia Alcântara assume como senadora, tornando-se a primeira senadora negra no Brasil e a segunda mulher a ocupar cadeira no Senado na história republicana. Ela representava o estado do Acre.

**19
82**



Ivonete Fleming
assume o governo
do Acre, primeira
mulher a governar
um estado
brasileiro.

19 88

Promulgação da Constituição Cidadã, considerada a primeira a estabelecer plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil. Esse avanço se deve ao movimento conhecido como Lobby do Batom, resultado da articulação das 26 deputadas na Assembleia Constituinte de 1987-1988.



**19
92**



Kátia Nogueira
Tapety vence as
eleições para verea-
dora, sendo a primei-
ra transexual eleita
para algum cargo
político no Brasil.

**19
95**

Promulgação da primeira lei que estabeleceu cotas para a participação feminina em uma eleição (Lei 9.100), determinando que pelo menos 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por mulheres.

**19
97**

Promulgação da Lei das Eleições (Lei 9.504), que passou a prever a reserva de vagas para a participação feminina nos pleitos aos cargos proporcionais: deputado federal, estadual e distrital e vereador.

**20
00**



Ellen Gracie
é a primeira
mulher a se
tornar ministra
do STF e a
presidi-lo.

Promulgação da primeira minirreforma eleitoral (Lei 12.034), que tornou obrigatório o preenchimento mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, por cada partido ou coligação.

**20
09**



**20
10**

Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita para a Presidência do Brasil.

**20
15**

Promulgação da Lei 13.165, que determinou que as legendas utilizassem 20% do seu tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para incentivar a participação feminina na política.

**20
18**



Joênia Wapichana foi a primeira mulher indígena eleita deputada federal.

**20
18**

Decisão do STF sobre destinação de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de mulheres, sem fixar percentual máximo. O TSE determinou reserva de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para financiar candidaturas femininas pelos partidos políticos.

**20
20**

Decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela aplicabilidade da reserva de no mínimo 30% das vagas dos órgãos de direção dos partidos políticos para mulheres e que a distribuição do Fundo Eleitoral e do tempo de rádio e TV deve ser proporcional ao número de candidatos negros e negras.

Aprovação da Reforma Eleitoral (Emenda Constitucional 111), que determina que, entre 2022 e 2030, os votos dados a mulheres e pessoas negras contarão em dobro para distribuição de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral entre os partidos políticos.

20
21

20
21

Promulgação da Lei da Violência Política de Gênero (Lei 14.192), que criminaliza a violência política contra a mulher.



**20
22**

Eleita a maior e mais diversa
Bancada Feminina da história
da Câmara, com 91 deputadas.
Desse número, duas são
mulheres trans, quatro são
indígenas e 34 são autodecla-
radas pretas ou pardas.

**20
23**



Sônia Guajajara
é indicada para
ministra de Estado
e torna-se a primeira
mulher indígena
a exercer o cargo.